

Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.494.926 - BA
(2019/0120894-7)**

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
AGRAVANTE : ESTADO DA BAHIA
PROCURADOR : CINTHYA VIANA FINGERGUT - BA013620
AGRAVADO : TIM CELULAR S.A
ADVOGADOS : ANDRÉ GOMES DE OLIVEIRA - RJ085266
BETÂNIA ROCHA RODRIGUES - BA015356
DANIELA ALVES PORTUGAL DUQUE ESTRADA -
RJ112454
GABRIEL MANICA MENDES DE SENA - RJ148656

EMENTA

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. ALEGADA EXORBITÂNCIA. TESE NÃO PREQUESTIONADA. SÚMULA 282/STF.

1. O Tribunal de origem não se manifestou sobre a tese de que *"não se aplicou o princípio da equidade, limitando-se a dizer que 'são devidos honorários advocatícios, a serem suportados pela parte que deu causa ao ajuizamento da ação'"* (fl. 304), e que teria fixado os honorários em patamar exorbitante, tampouco foram opostos embargos declaratórios para suprir eventual omissão. Portanto, à falta do necessário prequestionamento, incide o óbice da Súmula 282/STF. Nessa linha: **AgRg no AREsp 556.526/SP**, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, DJe de 15/5/2018; **AgInt no REsp 1.538.105/SP**, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, julgado em 17/4/2018, DJe 23/5/2018.

2. Agravo interno a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira TURMA do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Regina Helena Costa, Gurgel de Faria (Presidente), Napoleão Nunes Maia Filho e Benedito Gonçalves votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator